## Ref. Sessão Plenária Ordinária Nº 690

DECISÃO PL Nº **85/2020**

PROCESSO Prot. Nº **1058870/2016**

Interessado **MINERAÇÃO VISTA BELA LTDA - ME**

Assunto Recurso ao plenário

EMENTA: Aprova por unanimidade o parecer do relator que nega provimento ao mérito, com aplicação de penalidade estabelecida no patamar mínimo, com seu valor atualizado nos termos da legislação vigente.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PB, em sua Sessão Plenária Nº **690**, de 10 de agosto de 2020, considerando o recurso interposto pela interessada acerca da decisão Decisão da Câmara Especializada de Geologia e Minas (CEGM/PB) Nº 94/2019, que negou provimento ao mérito com aplicação de penalidade no patamar máximo, em decorrência da falta de comprovação de Registro junto a este Conselho, conforme seus Objetivos Sociais, bem como pela Licença Emitida na Sudema Nº 2271/2016 LO - Processo Nº 2016- 001505/TEC/LO-1754 (Beneficiamento de minerais não metálicos (rochas pegmáticas), na propriedade Várzea da Carneira, Zona Rural do município de Junco do Seridó-PB); Considerando que tal fato constitui Infração do Art. 59 da Lei 5.194/66; Considerando que o(a) autuado(a) não apresentou Defesa Escrita, tornando-se REVEL; Considerando que até a presente data não ocorreu a regularização do fato gerador neste Conselho; Considerando a necessidade do julgamento do recurso pelo plenário; Considerando a apreciação detalhada do relator que exarou parecer com o seguinte teor: “......*Ementa: a penalidade aplicada pelo auto de infração - PESSOA JURÍDICA SEM REGISTRO CONFORME OBJETO SOCIAL - por infração ao(a) ART. 59 DA LEI 5.194/66. Relatório: MINERAÇÃO VISTA BELA LTDA - ME foi autuado(a) pelo CREA-PB por ART. 59 DA LEI 5.194/66 sendo-lhe concedidos 10(dez) dias para apresentação de defesa à Câmara Especializada, que foram contados a partir da ciência do auto de infração, que se deu em 15/12/2016. FALTA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA NO CREA/PB, CONFORME SEUS OBJETIVOS SOCIAIS, BEM COMO PELA LICENÇA EMITIDA NA SUDEMA Nº2271/2016 LO - PROCESSO Nº 2016-001505/TEC/LO-1754 (Beneficiamento de minerais não metálicos(rochas pegmáticas), na propriedade Várzea da Carneira, Zona Rural do município de Junco do Seridó-PB). Análise: O Processo em tela foi encaminhado a esta Câmara Especializada do CREA-PB para decisão, visto que transcorreu o prazo para apresentação de Defesa escrita; Considerando a Infração por PESSOA JURÍDICA SEM REGISTRO CONFORME OBJETO SOCIAL (Grau de Atuação: INCIDENCIA), conforme capitulação no(a) ART. 59 DA LEI 5.194/66, sendo a Data de RELATORIO DE FISCALIZAÇÃO de 26/09/2016 Considerando o EMBASAMENTO LEGAL com a aplicação da Multa pela  Lei Federal Nº 5194/66, artigo 73, alínea `c`. Fundamentação: CONSIDERANDO a Resolução no. 1.008/04-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei no. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas(profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; CONSIDERANDO que em 15/12/2016 o (a) autuado(a) tomou conhecimento do Auto lavrado por infração à Legislação profissional do Sistema CONFEA/CREA, sendo-lhe conferido o prazo de 10(dez) dias para manifestação; CONSIDERANDO que os agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de fé pública; CONSIDERANDO, ainda, que o (a) autuado (a) não apresentou defesa escrita no prazo previsto no Artigo 10, Parágrafo único, da Resolução 1008/2004, sendo, portanto considerado REVEL; CONSIDERANDO que da decisão da câmara especializada o (a) autuado (a) poderá apresentar recurso ao Plenário do CREA-PB; CONSIDERANDO que o (a) autuado (a) regularizou o fato gerador da infração através de* ***Registro nº 11268882*** *em 01/07/2020; Voto: Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, DECIDIMOS pela MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO , optando pela redução da multa, devendo ser aplicada a penalidade MÍNIMA com seu valor atualizado nos termos da alínea “c” do Art. 73 da Lei nº 5.194/66. Este é o nosso parecer, salvo melhor juízo. Maria Aparecida Rodrigues Estrela, Engª Civil e Engª de Segurança do Trabalho- CREA 1605890880, Conselheira Regional - CREA PB*”, DECIDIU. Presidiu a Sessão o Eng. de Minas **LUIS EDUARDO DE VASCONCELOS CHAVES**, Presidente em

exercício do Conselho, estando presentes os Conselheiros Regionais: **JOSÉ HERBERT PALITOT, Mª APARECIDA RODRIGUES ESTRELA, JOSÉ JEFERSON JERÔNIMO VIEIRA, FABIANO LUCENA BEZERRA, SUENNE DA SILVA BARROS, ORLANDO CAVALCANTI GOMES FILHO, FRANKLIN MARTINS PEREIRA PAMPLONA, LUIZ VALLADÃO FERREIRA, RUY FREIRE DUARTE, FRANCISCO XAVIER BANDEIRA VENTURA, RONALDO SOARES GOMES, FELIPE QUEIROGA GADELHA, MARCOS ANTONIO RUCHET PIRES, AYRTON LINS FALCÃO FILHO, WALDEMIR LOPES DE ANDRADE JUNIOR, TIAGO MEIRA VILAR, SEVERINO PEREIRA DA SILVA JUNIOR, JOÃO ALBERTO SILVEIRA DE SOUZA, ADERALDO LUIZ DE LIMA, ROBERTO WAGNER CAVALCANTI RAPOSO, LEANDRO LOPES DE AZEVÊDO FREIRE, PAULO HENRIQUE DE MIRANDA MONTENEGRO, JOSÉ AGNELO SOARES, ADILSON DIAS DE PONTES, ALISSANDRA DE LIMA MIRANDA, ALYNNE PONTES BERNARDO, FRANCISCO DE ASSIS ARAÚJO NETO, RIENZY DE MEDEIROS BRITO, RICARDO HALULE CRISPIM, GLÁUCIA SUZANA BATISTA PEREIRA, JOSÉ CARLOS FERNANDES DE MOURA, GUILHERME SÁ ABRANTES DE SENA, ALINE COSTA FERREIRA, ANA PAULA DA ANUNCIAÇÃO PINHO, JOSÉ LEANDRO DA SILVA NETO** e **KÁTIA LEMOS DINIZ**; do suplente **MATHEUS MENDES ARRUDA** substituindo regimentalmente o respectivo titular.

 Cientifique-se e Cumpra-se,

João Pessoa, 10 de agosto de 2020

Eng.Minas **LUIS EDUARDO DE VASCONCELOS CHAVES**

-Presidente em exercício-